



Presidência da República Federativa do Brasil

Comissão de Ética Pública

Comissão de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

COMISSÃO DE ÉTICA DO IFSC

Decreto 6.029/2007

SÚMULAS DOS PROCESSOS INSTAURADOS EM 2016

1) Processo 23292.003255/2015-86

Representação feita pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) devido à troca de mensagens eletrônicas entre membros do Colegiado, contendo adjetivos ofensivos que supostamente estariam em desacordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171/1994.

Parecer final: Procedimento Preliminar arquivado em razão da prescrição do prazo.

2) Processo 23292.005527/2016-63

Representação feita pelo Ministério Público Federal de Santa Catarina por conta de situações que poderiam caracterizar desrespeito ao usuário do Serviço Público Federal.

Parecer final: Após instauração de Procedimento Preliminar, foram identificados novos fatos que extrapolam a esfera ética (indícios de homofobia e injúria racial). O processo foi remetido à autoridade competente para investigação do suposto crime.

3) Processo 23292.005947/2016-69

Denúncia apresentada por cidadão externo à instituição por conta de perseguição política a servidor público federal.

Parecer final: Expediente administrativo arquivado em razão da falta de materialidade. Denunciante não apresentou, bem como não informou onde a Comissão poderia encontrar a prova que sustentasse a denúncia.

4) Processo 23292.024096/2016-34

Representação feita por servidor, por conta de adjetivos ofensivos proferidos a colegas de trabalho em rede social.

Parecer final: Processo de Apuração Ética realizado e decisão pela aplicação de Censura Ética, motivada pela comprovação dos fatos.

5) Processo 23292.008714/2015-18

Representação feita por Chefe de Departamento, por suposta falta de urbanidade entre docentes, bem como brigas diante de colegas de trabalho e discentes, em razão de ideologia política divergente.

Parecer Final: Procedimento Preliminar com proposição de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional. Processo desmembrado em junho de 2016 por se tratar de 02 servidores denunciados. Processo em suspensão para cumprimento do ACPP até 2018.

Processo segue em Apuração Ética em razão de um servidor não assinar o ACPP.

6) Processo 23292.015755/2016-41

Representação feita pela Ouvidoria, em razão de denúncia apresentada por servidor, relacionada a fatos ocorridos durante a apuração do processo de eleição dos gestores da instituição em 2015.

Parecer Final: Procedimento Preliminar com proposição de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional. Processo em suspensão para cumprimento do ACPP até 2019.

7) Processo 23292.009652/2016-42

Representação feita por servidor, por suposta perseguição política de chefia imediata.

Parecer Final: Procedimento Preliminar arquivado por não ter seguido o rito processual estabelecido pela Resolução nº 10/2008/CEP. Procedimento Preliminar instaurado de ofício sob o número 23292.022688/2016-11.

8) Processo 23292.009489/2016-82

Representação feita por servidor, por suposto desvio ético cometido por candidato durante o processo de eleição dos gestores da instituição em 2015.

Parecer Final: Procedimento Preliminar arquivado, motivado pela não identificação do fato como desvio ético.

9) Processo 23292.005481/2016-92

Representação feita por servidor, por conta de mensagem redigida em rede social envolvendo colegas de trabalho.

Parecer Final: Procedimento Preliminar arquivado, motivado pela não identificação do fato como desvio ético.

10) Processo 23292.004187/2016-12

Representação feita por Chefe de Departamento, por suposto desrespeito a aluno.

Parecer Final: Processo remetido à Coordenadoria Pedagógica do Câmpus para providências. A Comissão de Ética não tem competência para análise de fatos que envolvam alunos.

11) Processo 23992.009528/2016-87

Representação feita por servidor, por suposta perseguição política de chefia imediata.

Parecer Final: Procedimento Preliminar arquivado por não ter seguido o rito processual estabelecido pela Resolução nº 10/2008/CEP. Procedimento Preliminar instaurado de ofício sob o número 23292.022689/2016-66.

12) Processo 23292.015756/2016-96

Representação feita por servidor, por suposto conflito interpessoal com chefia imediata.

Parecer Final: Procedimento Preliminar com proposição de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional. Processo em suspensão para cumprimento do ACPP até 2018.

13) Processo 23292.016859/2016-99

Representação feita por servidor, por suposta depreciação de colegas de trabalho em rede social.

Parecer Final: Procedimento Preliminar com proposição de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional. Processo em suspensão para cumprimento do ACPP até 2018.

14) Processo 23292.024095/2016-90

Representação feita por servidor, por suposta falta de urbanidade e decoro de professor em reunião pedagógica.

Parecer Final: Expediente administrativo arquivado em razão da falta de materialidade. Denunciante não apresentou, bem como não informou onde a Comissão poderia encontrar a prova que sustentasse a denúncia.

15) Processo 23292.024085/2016-14

Representação feita por servidor, por conta de ofensas em rede social, envolvendo colegas de trabalho e usuário do serviço público.

Parecer Final: Procedimento Preliminar com proposição de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional. Processo em suspensão para cumprimento do ACPP até 2019.

16) Processo 23292.024049/2016-24

Denúncia apresentada por aluno, por desrespeito cometido por servidor público do IFSC.

Parecer Final: Processo remetido à Direção-Geral e à Direção de Ensino do Câmpus para providências. A Comissão de Ética não tem competência para análise de fatos que envolvam alunos.

17) Processo 23292.024080/2016-21

Representação feita por servidor, por suposto conflito interpessoal com colega de trabalho.

Parecer Final: Procedimento Preliminar arquivado, motivado pela não comprovação dos fatos, após oitivas de testemunhas indicadas pelo denunciante.

18) Processo 23292.024098/2016-23

Denúncia apresentada por aluno, por conta de discussão política em rede social, envolvendo servidor público do IFSC.

Parecer Final: Expediente administrativo arquivado. A Comissão constatou que o aluno e o denunciado não têm vínculo de subordinação professor/aluno no IFSC e a discussão na rede social não abordava a relação entre professor/aluno, tampouco fazia qualquer relação à instituição.

19) Processo 23292.024076/2016-63

Representação feita por servidor, por suposto conflito interpessoal com colega de trabalho.

Parecer Final: Expediente administrativo arquivado. A situação foi tratada pela chefia imediata.

20) Processo 23292.012078/2016-13

Questionamento à Comissão sobre atuação em processo institucional de Licitação.

Parecer Final: Orientações ao demandante.

21) Processo 23292.024073/2016-20

Representação feita por servidor, por suposto conflito em avaliação de estágio probatório.

Parecer Final: Expediente administrativo arquivado. Orientação da Comissão para que o caso fosse tratado na esfera administrativa.

22) Processo 23292.022689/2016-66

Abertura de ofício do Procedimento Preliminar, por indícios de perseguição política.

Parecer Final: Procedimento Preliminar arquivado, motivado pela não comprovação do fato como desvio ético.

23) Processo 23292.022688/2016-11

Abertura de ofício do Procedimento Preliminar, por indícios de perseguição política.

Parecer Final: Procedimento Preliminar arquivado, motivado pela não comprovação do fato como desvio ético.